

Oswaldo Aranha e a política externa brasileira: o papel da diplomacia em tempo de crise mundial (1938-1944)

JÔNATAN COUTINHO DA SILVA DE OLIVEIRA*

Introdução

A historiografia que define a política externa brasileira no período do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) é relativamente vasta. Os primeiros ensaios mais significativos surgem nos anos 1970 e se prolongam até o começo de nosso século, porém, sem demonstrarem avanços significativos nas chaves interpretativas para a formulação da política externa no período. Esta questão fica mais evidente quando focamos a análise em Oswaldo Aranha, figura central do governo Vargas. Enquanto fora embaixador em Washington (1934-1937) e Ministro das Relações Exteriores (1938-1944), Aranha representou a ala dos políticos que compunham o governo que primavam por uma aproximação maior do Brasil com os Estados Unidos. Nesse sentido, procuraremos desenvolver, neste artigo, uma análise crítica e comparativa de como a historiografia sobre o tema percebe a figura de Oswaldo Aranha nas tomadas de decisão sobre a política externa brasileira.

De forma didática, para facilitar o estudo e a comparação entre as obras, seria interessante dividir a bibliografia específica sobre o tema em três partes:

No primeiro bloco teríamos a historiografia mais clássica sobre a história da política exterior brasileira no período varguista, englobando as obras realizadas entre as décadas de 1970 e 1990. Estas obras foram organizadas neste bloco pois convergem, como poderemos perceber, em muitos aspectos sobre a política externa nacional e sobre a própria participação de Aranha dentro do governo de Vargas, havendo, assim, poucas variações teóricas entre as obras, chegando, quase sempre, às mesmas conclusões. Nesta parte, destacamos as obras de Stanley Hilton, Ricardo Seitenfus, Gerson Moura, Roberto Gambini, Frank McCann Jr. e Luiz Alberto Moniz Bandeira.

No segundo bloco, damos destaque às biografias escritas sobre Oswaldo Aranha já nos anos 1990, por razão do centenário de seu nascimento. Serão analisadas as biografias de Stanley Hilton e a do trio Aspásia Camargo, João Hermes Pereira de Araújo e Mario Henrique Simonsen por terem, estas obras, se destacado na historiografia sobre o tema e divergindo, do

*Graduação em História pela UFRJ, pós-graduando em História do Brasil pelo IUPERJ e mestrando em História Social pela UFRJ.



ponto de vista teórico-metodológico, das obras clássicas sobre o assunto. Além disso, as biografias merecem uma atenção especial devido a possíveis distorções advindas de certa proximidade afetiva que os biógrafos possam adquirir pelos seus biografados, o que empobrece e dificulta o entendimento, do ponto de vista historiográfico e interpretativo, das obras.

No terceiro e último bloco, destacar-se-á a bibliografia mais recente sobre a política externa brasileira produzida depois do ano 2000. Esta bibliografia, apesar de já mostrar alguns avanços no que diz respeito a participação de Oswaldo Aranha na definição da política externa brasileira e sobre a própria formulação da política externa nacional, ainda é permeada e endossada pelas antigas teses sobre o tema, salvo algumas raras exceções que poderemos perceber. Neste bloco, destacaremos as obras de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, Vágner Camilo Alves, Fernando de Mello Barreto, Francisco Luiz Corsi, Antonio Pedro Tota e as dissertações de Jorge Pereira Ferrer, Isabel Correia e Andreza Galdioli.

Os clássicos (1970-1990)

A bibliografia especializada sobre a política externa brasileira surgiu, baseada em arquivos das representações diplomáticas e em cartas pessoais entre importantes políticos brasileiros, somente na década de 1970. Um dos primeiros pesquisadores a se debruçar sobre o assunto, mesmo que de forma tangencial, foi o diplomata e professor Luiz Alberto Moniz Bandeira que, entre os anos de 1970 e 1973 escreveu o livro *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (BANDEIRA, 2007), que já teve inúmeras reedições publicadas devido ao sucesso do seu texto e a clareza com que os argumentos são expostos.

No que tange a análise do papel de Oswaldo Aranha na definição da política externa de Vargas, objeto central de nossa análise, Moniz Bandeira segue a linha das obras datadas do período que estamos analisando neste tópico. Para o autor, e isto é ponto pacífico em todas as obras, a figura de Aranha era importantíssima dentro do governo Vargas, pois representava um ponto de equilíbrio o qual não deixava o governo pender demais para a extrema-direita. Quando das negociações para que o Brasil conseguisse financiamento para a construção de uma usina siderúrgica, tentando garantir o empréstimo necessário para o financiamento com os Estados Unidos ou com a Alemanha,

Aranha, a princípio, favorecera os entendimentos com a Krupp, efetuados pelo seu primo Olavo Aranha. Mas defendia de todas as formas a conexão do Brasil com os Estados Unidos, opondo-se, no Ministério das Relações Exteriores, a uma inflexão maior do governo para a direita e para o Eixo. E compreender, certamente,

que os setores nazifascistas do governo se fortaleceriam, se a Krupp ajudasse na instalação da siderurgia. (BANDEIRA, 2007, p. 373)

Ainda sobre a influência de Aranha na política externa, Bandeira ressalta e valoriza a independência que tinha em alguns assuntos:

Aranha defendia a aliança do Brasil com os Estados Unidos, mas adotava atitudes e independência que lembravam Rio Branco. Quando houve, na questão do Chaco, um mal-entendido com o Departamento de Estado, que ‘nada explica o nosso apoio aos Estados Unidos em suas questões na América Central e nas mundiais, sem atitude recíproca de apoio ao Brasil na América do Sul. (BANDEIRA, 2007, p. 356)

No entanto, o primeiro trabalho, de fato, voltado exclusivamente para a política externa brasileira da Era Vargas foi realizado pelo brasilianista Frank McCann Jr. em seu livro *Aliança Brasil – Estados Unidos (1937-1945)* (McCANN, 1995). Apesar de publicado tardiamente no Brasil, apenas em 1995, seus estudos foram feitos já no final dos anos 1960 e publicado nos EUA no começo dos anos 1970.

Para o brasilianista, Oswaldo Aranha também era um grande nome dentro do governo Vargas, gozando de certa autonomia e influência nas decisões. Sobre a Política da Boa Vizinhança destaca que

Welles era o arquiteto de uma revigorada política da Boa Vizinhança depois de 1937 e, junto com Aranha, o principal responsável pelo ‘entendimento Brasil-EUA. [...] Sem a ação equilibradora de Welles e com o subsequente desaparecimento do cenário de Aranha, Caffery, Hull e Roosevelt, a política dos EUA mudaria gradativamente de aliança com o Brasil para dominação do Brasil. (McCANN, 1995, p. 253-254)

Frank também, de certa forma, inaugura uma linha de raciocínio pela qual Vargas realizava um jogo duplo, de barganha política, entre os Estados Unidos e a Alemanha, sempre tentando tirar o máximo de proveito das duas potências mundiais na tentativa de dar prosseguimento ao processo de industrialização do Brasil e reequipamento das forças armadas:

Por bons motivos, as autoridades brasileiras manobram durante os meses de 1940 para aumentar o seu poder de barganha tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos, na expectativa de escolherem um curso de ação que as colocasse no lado certo, pouco importando quem ganhasse a guerra. (McCANN, 1995, p. 147)

Quando Vargas fez seu famoso discurso de 11 de junho de 1940 à bordo do encouraçado Minas Gerais, visto por muitos especialistas como o auge da política de barganha, McCann também percebeu, neste discurso, o que ele chamou de política de “em cima do muro”: “O discurso foi uma excelente demonstração da política de cima-do-muro de Vargas: temperado com a exata quantidade de fraseologia fascista mas incluindo um cerne suficiente de pensamento democrático para aplacar Washington.” (McCANN, 1995, p. 154)

No entanto, o que mais chama a atenção no livro de McCann é a importância que o autor atribui para a presença cultural dos Estados Unidos no Brasil como fundamental para a aproximação entre os dois países:

[...] os Estados Unidos conduziam uma campanha de propaganda em grande escala sob a supervisão do Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos (criado em agosto de 1940), Nelson A. Rockefeller. Ondas sucessivas de ‘embaixadores da boa-vontade’ irromperam Brasil a dentro, em 1940 e 1941. Calorosos e dinâmicos norte-americanos começaram a chegar ao Rio de Janeiro nos clippers da PanAmerican e navios da Moore-McCormack. Douglas Fairbanks Jr. chegou como representante pessoal do presidente Roosevelt para examinar a indústria cinematográfica brasileira – e apenas constatar que Hollywood detinha praticamente um monopólio. [...]. (McCANN, 1995, p. 200-202)

Assim chegamos ao autor que talvez tenha sido o primeiro a dar “nome aos bois” no estudo da política externa de Vargas. O professor Roberto Gambini escreveu um clássico da historiografia brasileira, intitulado *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas* (GAMBINI, 1977). Nesta obra, Gambini ressalta a política pendular exercida e comandada por Getúlio Vargas, principalmente entre os anos de 1936 a 1941. Neste período, aproveitando-se da disputa comercial que Alemanha e Estados Unidos travavam na busca por matérias primas essenciais para o seu desenvolvimento na América Latina, Vargas, mesmo estando na posição de comandante de um país pobre e periférico, teria conseguido barganhar interesses junto às duas potências. Para dar início ao processo sistemático de industrialização do Brasil, bem como atualizar e equipar as forças armadas – base importantíssima de sustentação de seu governo – Vargas teria feito um “duplo jogo” com Estados Unidos e Alemanha, sempre tentando tirar o máximo de vantagens dos dois países. (GAMBINI, 1977)

Um bom exemplo, segundo o autor, seria o momento em que o Brasil barganhou a compra de armamentos com as superpotências. Tida como ponto central na barganha comercial de Vargas, a compra de armamentos para equipar as forças armadas era o principal objetivo por parte dos chefes militares do Brasil, notadamente os Generais Eurico Gaspar Dutra e Aureliano de Góes Monteiro. Em carta do subsecretário de Estado norte-americano



Summer Welles ao então secretário de Estado Cordell Hull, o diplomata deixa entrever a preocupação dos Estados Unidos com uma possível aproximação do Brasil com as potências do Eixo:

Como todos os exércitos, o Alto Comando brasileiro não está muito entusiasmado com a ideia de entrar na guerra desprovido dos elementos básicos de defesa. Se os militares brasileiros não receberem prontamente as garantias necessárias e se não puderem ver com seus próprios olhos alguma evidência concreta de que o auxílio virá, ter-se-á criado exatamente o tipo de situação mais favorável aos nazistas. (Apud, GAMBINI, 1977, p. 139-140)

Assim sendo, Gambini sistematiza esta hipótese, tão difundida em nossa historiografia, que é a do movimento pendular e de barganha por parte do governo Vargas na busca pela industrialização e no equipamento das forças armadas em tempo de grande crise.

Sobre a participação de Oswaldo Aranha neste processo, Gambini não é muito enfático quanto a sua importância, não destacando, ao embaixador e chanceler, qualquer tipo de grande importância nesse sentido. Achamos esta falta de interesse na participação de Aranha fruto do foco que o mesmo faz em suas análises. Gambini se dedica a teorizar sobre a política externa, focado na figura do presidente Vargas, relegando a segundo plano as demais personalidades do governo.

Como já assinalado, Gambini inaugura uma linha de pensamento que será também seguida por outro grande pesquisador da política externa brasileira. O professor Gerson Moura, que ao longo dos anos 1980 e começo dos anos 1990, publica uma série de livros e artigos sobre a política externa da Era Vargas, seguindo, basicamente, a mesma hipótese de duplo jogo e de barganha política marcada por Roberto Gambini. No entanto, Moura avança em alguns aspectos.

Em primeiro lugar, Moura rebate a política pendular de Vargas, chamando-a de “equidistância pragmática”, “autonomia na dependência” ou “neutralidade dependente” (MOURA, 1980; 1991; 1993). Assim sendo, Moura segue a visão clássica já consagrada pela historiografia:

No Brasil, a emergência de divisões entre as posições ‘liberal’ e ‘nacionalista’, ou posição ‘pró-Eixo’ e ‘pró-EUA’, dependeu da situação política dominante ou até mesmo da questão específica que estava sendo discutida. O resultado dessas divisões e do papel preeminente desempenhado por Vargas no processo decisório durante os anos 30 foi uma disposição permanente para aproveitar as melhores oportunidades criadas pela competição entre a Alemanha e os Estados Unidos no sentido de influenciar os rumos do Brasil. (MOURA, 1993, p. 177)

Em relação à Gambini, Moura também avança ao ressaltar a posição de dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos. Daí a necessidade de se rebatizar a política externa brasileira para o período. Com isso, afirma Moura, o Brasil, apesar de estar na esfera de influência norte-americana bem como depender enormemente a sua economia em relação a esta potência, conseguiu, dado ao momento de disputa entre Estados Unidos e Alemanha pelo comércio com a América Latina, ser também autônomo em suas decisões. Este espaço para manobras somente foi possível dado a conjuntura política e econômica pela qual o mundo passava por aqueles anos da década de 1930 e começo da de 1940. (MOURA, 1993, p. 70-94)

Sobre o papel de Oswaldo Aranha neste processo, Moura, nas publicações aqui analisadas, não se debruça especificamente sobre o papel do político e diplomata. No entanto, deixa entrever que sua posição dentro do governo detinha certo grau de autonomia e independência nas decisões de política externa. Isto fica evidenciado quando da interpretação que o autor tem da Missão Aranha, considerada fundamental para a estreita aproximação do Brasil com os Estados Unidos:

O Ministro Oswaldo Aranha entendia sua missão em termos de mostrar ao governo norte-americano a extensão das necessidades econômicas e de equipamento militar do Brasil, a urgência no estabelecimento de acordos práticos; e ao mesmo tempo desejava sentir até onde a 'cooperação americana' poderia ir. (MOURA, 1993, p. 121)

No entanto, um terceiro e último ponto que Gerson Moura avança em seus estudos é na questão cultural. Em suas obras, o autor já aponta para a grande importância que a sistemática e organizada presença cultural norte-americana no Brasil foram importantes na aproximação entre os países. Inclusive, Moura escreve o primeiro livro, mesmo que modesto, sobre o tema, que recebeu o título de *O Tio Sam chega ao Brasil*. (MOURA, 1984)

Assim, voltamos ao estudo de outro importante brasilianista, Stanley S. Hilton. Nos anos 1970, o autor publicou uma série de livros a respeito das relações exteriores do Brasil no período da presidência de Getúlio Vargas. Em seus livros *O Brasil e a Crise Internacional (1930-194)* (HILTON, 1977a) e *O Brasil e as Grandes Potências (1930-1939)* (HILTON, 1977b), Hilton aborda diferentes aspectos da política externa brasileira, no entanto, mais uma vez, sem grandes avanços e concordando com as teses já consagradas pela historiografia sobre o tema.



Vale notar uma importante referência que faz sobre Aranha a respeito de uma possível ligação do político com a Ação Integralista Brasileira:

Negociações cautelosas e hesitantes entre o governo e a AIB, visando aparentemente a uma colaboração política mais bem definida, tinham sido, de fato, iniciadas até essa época. Não está claro qual dos dois lados tomou a iniciativa, mas o intermediário parece ter sido Oswaldo Aranha, genitor da Revolução de 1930 e provavelmente o amigo mais íntimo que Vargas jamais teve. Enviado a Washington em 1934 como embaixador, o entusiasmo de Aranha por regimes autoritários se diluía a medida que a sua admiração pelo sistema político americano aumentava, por observação direta. Aranha tinha amigos íntimos que desgostavam do integralismo, e tinha amigos – e até parentes – que ingressaram nas fileiras integralistas. (HILTON, 1977a, p.43)

Este trecho nos mostra que a aproximação de Aranha aos ideais liberais norte-americanos não foi algo tão espontâneo ou que esteve sempre presente no pensamento político do diplomata. Esta fascinação de Aranha pela máquina social e política norte-americana se deu após o seu contato com esta cultura no momento em que foi servir como Embaixador em Washington no ano de 1934. Além disso, esta estreita aproximação se deu de forma gradual ao longo dos anos e com o desenrolar dos acontecimentos na Europa nos anos 1930.

Ainda sobre uma política pendular, Hilton também acredita que Vargas evitou, até quando não fosse mais possível, um estreitamento das relações com qualquer das duas potências, sempre tentando tirar proveito da situação:

O primeiro tiro na batalha comercial entre as grandes potências pelo mercado brasileiro foi desferido em meados de 1934, quando Berlim enviou uma delegação comercial especial à América do Sul e o Congresso Americano aprovou a Lei de Acordos Comerciais Recíprocos. O Brasil, de imediato, viu-se colocado entre os sistemas comerciais antagônicos desses indispensáveis parceiros, cada um dos quais com importante papel reservado para o Brasil em seu respectivo programa comercial. Compelido a tomar uma decisão num ambiente de pressões externas conflitantes, as quais encontravam apoio dentro do Brasil, Getúlio Vargas evitou, tipicamente, um compromisso definitivo, empreendendo habilmente uma política ad hoc, calculada para aplacar as partes interessadas, e adiando a necessidade de uma escolha clara e aberta até que as circunstâncias o exigissem. (HILTON, 1977b, p. 79)

Também destacamos uma grande obra, fruto da famosa “Coleção Brasileira”, sob o título *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-1942)* (SEITENFUS, 1985), do pesquisador Ricardo Antônio Silva Seitenfus. Último livro do que aqui denominamos *Os Clássicos*, Seitenfus, apesar de avançar um pouco na pesquisa, graças a abertura de mais



arquivos das potências envolvidas na Segunda Guerra Mundial, mantêm a linha de interpretação inaugurada por seus antecessores.

A obra de Seitenfus também segue uma linha bastante ampla, tentando abarcar vários aspectos do Brasil no cenário internacional entre o começo da Era Vargas e o início da Segunda Guerra Mundial.

No que diz respeito ao que aqui estamos analisando, o autor também atribui grande relevância ao papel de Oswaldo Aranha face ao governo Vargas. Sobre o problema das linhas aéreas no Brasil e o papel de Aranha nesta querela,

Para além da preocupação com o equilíbrio entre as concessões concedidas, de um lado, à Alemanha e à Itália e, de outro, aos Estados Unidos, o acordo com a Panam mostra a influência pessoal cada vez mais marcante de Oswaldo Aranha. No futuro, ele desempenhará papel fundamental na política externa do Rio de Janeiro. Essa atitude pró-americana do embaixador brasileiro em Washington não impedirá o fracasso das pressões que os Estados Unidos em breve exercerão sobre o Brasil para que este limite seu comércio com Berlim. (SEITENFUS, 1985, p. 129)

Ressaltando ainda mais a influência de Aranha nas decisões de política externa nacional, Seitenfus acredita que, após a renúncia de Aranha à embaixada em Washington, no ano de 1937 - logo após o golpe do Estado Novo - e ao aceitar o cargo de Ministro das Relações Exteriores de um regime político ao qual discordava veementemente, “a partir de então fica claro entre os dois homens que cada um deles se ocupará exclusivamente de uma única face da política brasileira: a externa cabe a Aranha e a interna a Vargas.” (SEITENFUS, 1985, p. 160) Nesse sentido, o autor atribui grande autonomia à Aranha em relação à Vargas, ficando dividido entre os dois líderes o comando político interno e externo da nação.

As biografias

Aqui analisaremos duas biografias escritas sobre Oswaldo Aranha quando da comemoração do centenário do seu nascimento (1994). Assim sendo, as análises devem levar em consideração o calor do momento em que elas foram escritas. Apenas o fato de serem publicadas biografias a respeito da comemoração de 100 anos de nascimento de um homem, já é indicativo de que este homem, para os biógrafos, teve grande importância em seu tempo e na atividade que desenvolveu enquanto viveu. Com isso, as biografias não estão isentas de possíveis exageros no que diz respeito à exaltação e valorização de seu biografado.

Em *Oswaldo Aranha: a Estrela da Revolução* (CAMARGO *et. alli.*, 1996), escrita numa parceria entre Aspásia Camargo, que escreve sobre Aranha enquanto político, João



Hermes Pereira de Araújo, que trata do Aranha diplomata, e Mario Henrique Simonsen, que observa Aranha enquanto homem encarregado dos assuntos econômicos do país, é feito um apanhado bastante rico no que diz respeito à vida pessoal e política do biografado, assim como também mostra uma enorme gama de informações pontuais e factuais sobre o mesmo.

Na biografia escrita por Stanley Hilton, *Oswaldo Aranha, uma biografia* (HILTON, 1994), permanece a riqueza de detalhes e informações sobre a nossa personagem principal, porém, com uma riqueza crítico-analítica um pouco melhor elaborada do que a anterior.

Sendo assim, ambas as biografias são de grande importância no que dizem respeito aos pequenos detalhes e acontecimentos de toda a vida de Oswaldo Aranha. Mostram-se importantes manuais de pesquisa se quisermos saber a respeito de datas, conferências, viagens e tudo o mais sobre a vida do biografado e, conseqüentemente, sobre a história do Brasil no período em que Aranha esteve ativo politicamente (entre a década de 1920 até o ano de 1960, quando faleceu no Rio de Janeiro).

Percebemos ainda, como já mencionamos, certo grau de admiração que os biógrafos adquirem pelo seu biografado, sempre tratando-o como homem importantíssimo não só para a política externa brasileira, mas também para os rumos da própria política interna do Brasil. Somente o sub-título do livro de Camargo, Araújo e Simonsen – *A Estrela da Revolução* – já deixa entrever a posição que Aranha, para os autores, pretensamente assume neste momento da história do Brasil, a saber, a Revolução de 1930.

No entanto, feitas as ressalvas acima, podemos perceber, mesmo assim, algumas linhas de raciocínio quanto à participação de Aranha na formulação da política externa brasileira. Para Camargo, Araújo e Simonsen, assim como para Ricardo Seitenfus, já analisado anteriormente, a política estaria dividida entre Aranha e Vargas. “É esse, pode-se dizer, o patamar em que, já no Brasil, teriam Getúlio e Aranha para um diálogo que se prolongaria por vários meses e que se concluiria com uma divisão nítida de responsabilidades: a política interna seria dirigida por Getúlio Vargas e, a externa, confiada a Oswaldo Aranha”. (CAMARGO, *et. alli*, 1996, p. 169)

No entanto, as pesquisas empreendidas pelo brasilianista Stanley Hilton são mais incisivas e com uma riqueza teórica melhor definida e defendida. Inclusive, Hilton aponta que nem sempre Aranha foi contrário à ideias totalitárias e um governo forte. Escrevendo sobre o momento em que Aranha participa de dentro do governo provisório de seu amigo Vargas,

No caso de Aranha, essa influência efêmera contribuiu para a sua aceitação inicial da idéia de um governo forte e explica a atração que exercia sobre um círculo



de jovens intelectuais conservadores que futuramente militariam nas fileiras do partido integralista. O elemento de aproximação foi um primo seu, Alfredo Egídio de Souza Aranha, um advogado na capital paulista. (HILTON, 1994, p. 93-94)

Outro ponto que Hilton se detém, que outros autores aqui analisados também se preocuparam em analisar (como Vagner Camilo Alves e Ricardo Seitenfus), relaciona-se com uma intrigante pergunta que fazemos sobre a participação de Aranha no Estado Novo. Ora, se Aranha era totalmente pró-Estados Unidos e fazia oposição aos regimes totalitários e até ao próprio Estado Novo, como Aranha aceitou ser Ministro das Relações Exteriores de um governo proto-fascista:

O prestígio dele, aliás, aumentara enormemente com o golpe de estado e os setores liberais o encaravam como a única esperança de uma moderação na orientação do regime. Vargas queria-o no governo, em parte porque sua influência junto ao Departamento de Estado seria de grande proveito e, em parte, porque sua própria posição seria mais forte se houvesse no ministério um contrapeso aos elementos autoritários. (HILTON, 1994, p. 226)

No entanto, Hilton aqui introduz uma novidade, mesmo que moderada, na visão que o autor tem da autonomia e dependência de Aranha na tomada de decisões de política externa. Vale ressaltar que, na visão de Hilton,

Nas inesperadas circunstâncias criadas pela marcha irresistível da Wehrmacht no sentido do Atlântico, Vargas fazia questão de manter em suas próprias mãos as rédeas da política externa. A grave deterioração da posição dos Aliados em fins de maio parecia aconselhar máxima cautela e ele pretendia intensificar seus esforços para cultivar a boa vontade de ambos os blocos. (HILTON, 1994, p. 331)

E ainda sobre a ingerência de Vargas nas decisões de política externa e a falta de autonomia de Aranha quando a guerra irrompe na Europa,

[...] o controle das decisões sobre política externa estava nas mãos de quem tinha uma percepção estritamente materialista do mundo [Vargas], não se preocupava com os aspectos morais do assalto nazista à civilização ocidental e nunca adotaria uma linha de ação por razões de sentimento. Inclinar-se-ia para o lado que oferecesse maiores vantagens materiais ao Brasil – o que significava que, não obstante diversas declarações suas em 1941 para reassegurar os americanos, sua atitude final, na hora decisiva, ainda não era de se prever. (HILTON, 1994, p. 374)

Novas visões, velhas teorias: historiografia recente



A virada do século XX para o XXI marcou o surgimento de uma nova historiografia voltada para o estudo da política externa brasileira. Com isso, novas interpretações e teorias sobre a formulação da política externa nacional foram sendo pensadas e estudadas.

Como uma permanência significativa nas interpretações, podemos destacar a importância e o papel político que Aranha exercia dentro do governo de Getúlio Vargas. O diplomata Fernando de Mello Barreto em seu livro *Os Sucessores do Barão (1912-1964)* (BARRETO, 2001), ao analisar a participação de Aranha no Ministério das Relações Exteriores ressalta que “na sua longa gestão no Itamaraty, exerceu relevante e decisiva influência sobre Vargas nas decisões tomadas pelo Brasil com relação à aproximação dos Aliados e ao rompimento com o Eixo.” (BARRETO, 2001, p. 111) No entanto, por ser um livro de grande fôlego, dedicado a um longo período da história diplomática do Brasil, ele se mostra muito mais descritivo do que analítico, sendo, por isso, importante ferramenta de consulta para datas, conferências e assuntos pontuais, assim como as biografias.

Já Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, na também consagrada obra *História da Política Exterior do Brasil* (CERVO e BUENO, 2002), apesar de promoverem certo avanço teórico na interpretação da política externa brasileira, com respeito à Aranha continuam a enfatizar seu prestígio e influência junto à Vargas: “Aranha entrou prestigiado no governo, em razão do que pode conduzir os negócios exteriores com mais liberdade do que poderia supor. Foi uma espécie de contrapeso em face daqueles que, no governo, eram simpatizantes das potências do Eixo.” (CERVO e BUENO, 2002, p. 246)

No entanto, como mencionado, os autores não deixam de ressaltar o quadro geral no qual se inseria o Brasil que foi fundamental para estabelecer os rumos da política externa do Itamarati bem como a grande influência que os Estados Unidos sempre mantiveram sobre o Brasil:

Não se questiona a ênfase que a historiografia tem dado à oscilação do Brasil diante das opções germânicas e norte-americanas, mas não se pode perder de vista o fato de que faltavam ao III Reich condições objetivas para atender às demandas brasileiras. Além da leitura que os formuladores da política externa brasileira faziam do concerto internacional que se vislumbrava ao final da Segunda Guerra Mundial, não se pode descartar que, além disso, influenciou no alinhamento brasileiro aos Estados Unidos a fidelidade a uma parceria tradicional, embora barganhando. Há, assim, de se considerar, além do pragmatismo, o lastro histórico que existia no relacionamento dos dois países. Não se pode também perder de vista a atração cultural e a política de aliciamento praticada por aqueles. (CERVO e BUENO, 2002, p. 235)

Outro autor que consegue avançar nestas interpretações é Vagner Camilo Alves. Em seu livro que, originalmente fora sua dissertação de Mestrado, *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado* (ALVES, 2002), Alves propõem um novo olhar sobre a política externa nacional da Era Vargas. Para o autor,

A hipótese subjacente a este trabalho é a de que a menor capacidade de ação autônoma inerente aos pequenos países no cenário internacional é, num momento de crise e guerra total e mundial, diminuída muitas vezes. Os interesses e estratégias de guerra das grandes potências e a estrutura do sistema internacional imerso em conflito total, entidades mutuamente constitutivas, condicionam de maneira quase coercitiva o envolvimento e nível de participação dos pequenos países. [...] O leque de escolhas de um pequeno país, num sistema internacional imerso em guerra mundial, diminui demasiadamente, ainda que possibilidades de ganhos impensáveis em períodos normais muitas vezes existam para determinados países periféricos. (ALVES, 2002, p. 188-189)

O autor também não faz grandes referências especificamente ao papel de Aranha neste jogo político. No entanto, percebe-se que Alves não atribui o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos à Aranha. O autor ressalta que “[...] o envolvimento de países periféricos num momento de guerra total é explicado muito mais por condicionantes deste sistema internacional em guerra, do que por suas decisões autônomas de participação nesta. O Brasil seria um caso demonstrativo disso.” (ALVES, 2002, p. 33)

Também é nestas dissertações que vamos encontrar grandes mudanças na análise da política externa nacional, bem como grandes permanências que figuram nos trabalhos sobre a política externa do Itamarati desde os anos 1970.

Em primeiro lugar cabe destacar a dissertação de Jorge Luiz Pereira Ferrer, sob o título de *A Problemática das Relações Internacionais e seu impacto na Argentina, Brasil e Chile durante a Segunda Guerra Mundial (1938-1943)* (FERRER, 2007) na qual, embora de maneira tangencial e comparativa com a Argentina e o Chile, trata da política externa de Vargas enquanto este foi presidente.

Ferrer é contundente e incisivo ao relativizar, ainda mais do que autores como Vagner Camilo Alves, a formulação da política externa nacional. Para Jorge Ferrer,

Verificamos que Vargas, em momento algum, flertou com os alemães (política pendular), pois sabia que os EUA não permitiriam perder sua hegemonia no Continente. Vargas era nacionalista e procurava sempre as melhores oportunidades para o desenvolvimento do Brasil, não tendo ideologia fixa em seus pensamentos, queria apenas melhorar a economia brasileira. Quando não recebeu apoio norte-americano para comprar armas, procurou-as na Alemanha, quando os EUA não quiseram comprar mais café, vendeu-o para alemães e italianos, quando não tinha

divisas para comercializar com os norte-americanos, fez o acordo dos marcos compensados com os alemães; quando pretendeu criar um pólo desenvolvimentista no Brasil com a construção de uma siderúrgica, procurou recursos onde lhe fosse oferecido e acabou conseguindo nos EUA. Sabia que ficaria sob a esfera de influência norte-americana e mesmo sendo um ditador, foi um parceiro extremamente fiel a seus camaradas norte-americanos (FERRER, 2007, p. 165-166)

Outra importante contribuição aos estudos da política externa de Vargas foi feita pela pesquisadora Isabel Regina Pessoa Correia. Na sua dissertação *Desafios de uma missão: a trajetória de Oswaldo Aranha na Embaixada brasileira em Washington (1934-1937)* (CORREIA, 2004) a autora promove o primeiro trabalho acadêmico voltado especificamente para a figura de Oswaldo Aranha.

Em sua dissertação, Correia é enfática quanto a participação de Aranha na definição da política externa. Inclusive, sua tese é de que Oswaldo Aranha, mais do que um importante colaborador, foi um formulador da política externa do governo Vargas. (CORREIA, 2004, p. 17) Ainda segundo a autora,

No caso do papel de Oswaldo Aranha no governo Vargas, defendemos que por sua amizade íntima com este, pela confiança absoluta que nele depositava o presidente, por sua trajetória na Revolução de 30 e por sua longa permanência no primeiro círculo do poder presidencial, onde ocupou, mais de uma vez, o cargo de ministro, Aranha foi, sem dúvida, mais que um simples colaborador, foi um formulador político. Os dois homens possuíam afinidades seletivas, como o nacionalismo que norteava a política econômica do governo, e no que tange a política externa a duplicidade de Vargas cedeu lugar à posição defendida, desde cedo, por Aranha e não por outros grupos próximos ao presidente. (CORREIA, 2004, p. 36)

Nesse sentido, Isabel Correia, mais do que qualquer outro autor aqui analisado, é sistemática ao defender a grande influência e autonomia que Aranha tinha dentro do governo de Getúlio Vargas, sendo esta, inclusive, sua hipótese central da dissertação.

Por ser a única obra voltada exclusivamente para a vida política de Aranha, fora suas biografias, esta dissertação adquire uma importância muito especial para os estudos da política externa brasileira da Era Vargas. Mesmo se restringindo ao período em que este fora embaixador em Washington (1934-1937), retirando-se, com isso, o período em que foi chanceler (1938-1944) a obra mostra-se importante para o seguimento nos estudos.

Por fim, analisemos a dissertação de Andreza da Silva Galdioli, sob o título de *A Cultura Norte-Americana como Instrumento do Soft Power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhaça* (GALDIOLI, 2008).



Galdioli, no que diz respeito à definição da política externa brasileira, concorda com autores como Gambini e Moura, aqui já analisados. Para Andreza,

A partir da década de 1930 até a tomada de decisão do governo brasileiro de apoiar os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, tem-se o período no qual a política externa brasileira destaca-se pelo seu alto poder de barganha, advindo das possibilidades de alinhamento com a Alemanha ou com os Estados Unidos. Gerson Moura rotula a atuação da chancelaria brasileira durante esse período de equidistância pragmática. (GALDIOLI, 2008, p. 83)

No entanto, o ponto que merece mais destaque em sua dissertação é a contribuição que a autora nos disponibiliza para entender como a entrada cultural norte-americana no Brasil auxiliou, ou mesmo determinou, a aproximação deste país com o Brasil. Em tempo, ainda segundo a autora com respeito à política externa e a participação de Aranha e Vargas neste processo,

Pode-se estabelecer dois traços estruturais do Estado Novo, quais sejam: a neutralização das forças políticas no campo interno e a política de duplo compromisso externo. No plano interno, a ditadura implementada com o Estado Novo desestruturou as forças oposicionistas por meio da repressão e das atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda e ainda com a nomeação de Oswaldo Aranha para o governo. No plano externo, o duplo compromisso de Vargas advinha de seu poder de barganhar seu apoio político, na conjuntura em questão. (GALDIOLI, 2008, p. 85)

Bibliografia

ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos EUA no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARRETO, Fernando de Mello. **Os Sucessores do Barão (1912-1964). Relações Exteriores do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CAMARGO, Aspásia ; ARAÚJO, João Hermes Pereira de & SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha: a estrela da revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996.



CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2002.

CORREIA, Isabel Regina Pessoa. **Desafios de uma missão: a trajetória de Oswaldo Aranha na embaixada brasileira em Washington (1934-1937)**. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, 2004.

FERRER, Jorge Luiz Pereira. **A Problemática das Relações Internacionais e seu impacto da Argentina, Brasil e Chile durante a Segunda Guerra Mundial (1938-1943)**. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

GALDIOLI, Andreza da Silva. **A Cultura Norte-Americana como um Instrumento do Soft Power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhança**. Dissertação de Mestrado: São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2008.

GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas**. São Paulo: Símbolo, 1977.

HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha. Uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

_____. **O Brasil e as Grandes Potências. Os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **O Brasil e a Crise Internacional (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

McCANN, Frank D. **Aliança Brasil-EUA, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.



_____. **Neutralidade Dependente: o caso do Brasil, 1939-42.** In.: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, vol. 2, n. 12, 1993.

_____. **O Tio Sam chega ao Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1991.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos(1930-42).** São Paulo: Nacional, 1985.